



O IMPACTO DIFERENCIADO DO CUIDADO PARA O TRABALHO DE HOMENS E MULHERES: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ESTUDO SOBRE USOS DO TEMPO A PARTIR DA PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS DE 2006

Lucas Wan Der Maas¹

O presente trabalho não se refere a um estudo de usos do tempo stricto sensu, na medida em que não lança mão de análise qualitativa sobre a forma como as pessoas distribuem seu tempo, sua sequência, horário e duração, tampouco sobre a repartição de tarefas domésticas entre os membros de um domicílio, tema tão relevante aos estudos de gênero (Ramos, 2009). Ao contrário, o que se apresentará é uma abordagem quantitativa, com ênfase em indicadores de usos do tempo. Nesse sentido, limita-se o estudo às possibilidades de uma pesquisa domiciliar de âmbito nacional, a saber, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ao passo que não permite a descrição das tarefas domésticas e como cada uma delas é distribuída, já que todas se reúnem na rubrica da variável “tempo dedicado aos afazeres domésticos”, propõe-se aqui uma interessante análise sobre a questão para a totalidade da população brasileira, então representada pela pesquisa do IBGE.

De maneira mais específica, o interesse deste trabalho está localizado em uma única tarefa reprodutiva, a do cuidado, entendida como a provisão diária de atenção física, psíquica e emocional às pessoas, tanto aquela dedicado às crianças, quanto aos idosos dependentes (Araújo e Scalon, 2005). Como referido acima, a PNAD não discrimina cada tarefa realizada pelo indivíduo no âmbito do domicílio, não sendo possível isolar o tempo dedicado ao cuidado. Para tanto, utilizou-se as variáveis de presença, número e idade de filhos e idosos não economicamente ativos e informações de frequência a escola e creche de filhos como proxy de necessidade de cuidado. Nesse sentido, a chance de estar na População Economicamente Ativa (PEA) versus não estar e de possuir um trabalho formal versus informal foram analisadas à luz dos indicadores de cuidado e usos do tempo. Tal análise segue controlada por sexo, idade, anos de estudo, posição no domicílio, provisão financeira e situação do domicílio

¹ Mestre em Ciências Sociais e Pesquisador da Estação de Pesquisas em Sinais de Mercado em Saúde (EPSM) do Núcleo de Educação em Saúde Coletiva (NESCON) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), integrante da Rede de Observatórios de Recursos Humanos em Saúde da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). < lucas@nescon.medicina.ufmg.br.>



A questão do cuidado aos filhos e idosos ocupa lugar de grande destaque na sociedade brasileira contemporânea. A centralidade dos filhos, “como algo que confere sentido à própria existência” (Araújo & Scalón, 2005, p. 37) e o envelhecimento populacional (Carvalho e Garcia, 2003), trazem um grande desafio às famílias, sobretudo às mulheres. É neste cenário que a conciliação entre cuidado, demais responsabilidades domésticas e trabalho remunerado “fora de casa”, sofre de um escasso ou insuficiente desenvolvimento de políticas públicas que apoiem às famílias (Sorj, Fontes & Machado, 2007; Goldani, 2002). Dada a ausência do Estado e a permanência de tradicionais e desiguais valores de gênero, ainda é atribuída às mulheres a quase exclusividade de realização desta função social.

Pesquisas qualitativas (Araújo & Scalón, 2005; Cyrino, 2009) mostram que a questão do cuidado aos filhos gera o maior consenso entre homens e mulheres no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas. Entretanto, tal consenso não caminha no sentido da igualdade de repartição do tempo, pois para ambos os sexos existe a percepção de que a mulher é a pessoa mais indicada ao cuidado, ainda que os homens devam dar uma importante contribuição. Por mais que as mulheres tenham ganhado espaço no mercado de trabalho nos últimos anos e ampliado diversos espaços de autonomia, ainda existe uma forte associação entre mulher, maternidade e provisão de cuidado.

Com relação ao cuidado aos idosos, há que se destacar que os idosos podem atuar não só como necessidade de cuidado, mas principalmente como oferta de cuidado de crianças e outros idosos. É um aspecto muito importante, pois a presença de idosos no domicílio pode atuar tanto como um mecanismo de manutenção do trabalho das mulheres que não têm quem possa cuidar dos filhos enquanto estão trabalhando, como pode imputar precariedade do trabalho daquelas que necessitam de cuidar de idosos dependentes. No Brasil, especialmente nas classes mais populares, a “solidariedade intergeracional”, segundo a qual membros de um domicílio estabelecem um conjunto de arranjos para manutenção do trabalho de membros adultos, a realização dos afazeres domésticos e do cuidado e escolarização das crianças e jovens, é fortemente acessado (Peixoto, 2005). Isso ocorre quando idosos prestam serviços aos seus filhos, notadamente o de cuidado e criação dos netos e, inversamente, quando os filhos prestam cuidado aos pais doentes ou apoio material aos pais com dificuldades financeiras. Também aqui há um importante componente de gênero, pois são as mulheres, sejam as avós para com os filhos e netos, sejam as filhas para com os pais, as principais responsáveis por “ficar”, “cuidar” e “criar” no âmbito da família (op. cit.).

Sobre o “tempo dedicado aos afazeres domésticos”



Na última década, desde a inclusão do quesito de “tempo dedicado aos afazeres domésticos” ao conjunto de quesitos da PNAD, vários estudos lançaram luz sobre as possibilidades da pesquisa na análise de usos do tempo. Notadamente de cunho descritivo, relacionam-se por mostrarem as diferenças entre homens e mulheres no que diz respeito ao tempo médio de horas dedicadas às atividades econômicas *versus* à reprodução social. O trabalho de Dedecca (2004) mostra que o tempo dedicado por homens às atividades econômicas é, em geral, maior do que o feminino, enquanto o tempo dedicado por mulheres à reprodução social é maior do que o masculino. O autor destaca também que mesmo com a ampliação da jornada de trabalho pago, as mulheres são mais prejudicadas do que homens, já que o tempo das tarefas domésticas e destinado à família, no espaço da reprodução social, não tende a diminuir para elas. É o que se chama de dupla jornada de trabalho, pela qual as mulheres possuem, em média, um total de horas dedicadas ao trabalho remunerado realizado na esfera econômica e ao trabalho doméstico não remunerado realizado na esfera familiar, maior do que os homens (Araújo e Scalon, 2005).

No Brasil, segundo dados da PNAD, as mulheres em idade ativa possuíam em 2006, um total de horas trabalhadas no mercado de trabalho e dedicadas aos afazeres domésticos, em média, 15% maior que seus pares masculinos, percentual que só não se apresenta maior porque os homens possuem uma média de horas destinadas ao trabalho “fora de casa” maior do que as mulheres (Dedecca, Ribeiro & Ishii, 2009). Observando as médias de tempo dedicado à realização de afazeres domésticos por condição na atividade e sexo, segundo dados da PNAD de 2005, observa-se que homens brasileiros não economicamente ativos dedicavam uma média de 11,1 horas semanais ao cuidado do domicílio, enquanto os desocupados dedicavam 12,7 horas, em média, e os ocupados 9,1 horas. Já entre a PIA feminina, as mulheres não economicamente ativas declararam dedicar uma média de 28,5 horas semanais aos afazeres domésticos, as desempregadas, 28,6 horas, e as ocupadas, 20,8 horas (Melo & Castilho, 2008).

É importante destacar também a composição por classes de rendimento e escolaridade no que diz respeito à distribuição do tempo entre a família e o trabalho. Para ambos os sexos, mas principalmente entre as mulheres, à medida que aumenta a renda e a escolaridade diminui o tempo dedicado ao domicílio e aumenta o tempo dedicado à atividade econômica. A mulher com renda e escolaridade mais elevada pode priorizar a carreira podendo pagar alguém para realizar os afazeres domésticos. A mulher com renda e escolaridade mais baixa tende a, invariavelmente, fazê-lo, já que só dispõe de filhos e familiares para compartilhar as tarefas. Quando observado o tipo de família e a posição na família, nota-se que as famílias unipessoais são caracterizadas por jornadas de trabalho



totais de homens e mulheres praticamente iguais, ou seja, quando o homem mora sozinho, ele não tem saída a não ser executar ele mesmo as tarefas do lar. Por outro lado, quando os ocupados constituem um casal, com ou sem filhos, a situação muda drasticamente, pois a jornada masculina relativa ao cuidado da casa se reduz substancialmente, e a da mulher se eleva, ou seja, quando há uma mulher no ambiente familiar, ela tende a se tornar responsável pelos afazeres domésticos (Dedecca, Ribeiro & Ishii, 2009).

Segundo Bruschini (2006), são as mulheres cônjuge e as mães com filhos pequenos, em relação ao total de mulheres em idade ativa, que dedicam a maior quantidade de tempo aos afazeres domésticos no Brasil. Ainda segundo a autora, elas devem compor a categoria de mulheres com maior dificuldade em conciliar as responsabilidades familiares e profissionais, pois são as que mais adentraram e permaneceram no mercado de trabalho desde os anos de 1980. Segundo a hipótese, mesmo tendo as mulheres adentrado à esfera produtiva do trabalho assalariado, consolidado sua permanência e ampliado seu espaço no domicílio participando da provisão financeira, ou mesmo assumindo completamente a renda domiciliar, as relações de gênero permanecem reservando a elas um lugar subordinado, evidenciado por sua dificuldade em conciliar os trabalhos “dentro” e “fora” de casa.

Além da dificuldade de conciliar família e trabalho, o elevado tempo de dedicação aos afazeres domésticos, observado para as mulheres, pode gerar descontinuidade no tempo de permanência no trabalho, salários mais baixos e empregos precários. Além disso, muitas vezes, por estes fatores supracitados, as mulheres passam a priorizar a esfera privada, abandonando a esfera produtiva (*op. cit.*). Tais efeitos podem se reproduzir, pois as mulheres que se encontram em atividades precárias tendem a ter uma maior jornada total de trabalho e maior participação nos afazeres domésticos, o que conseqüentemente diminui o tempo que elas podem deslocar às atividades econômicas e à formação escolar, o que está invariavelmente relacionado a uma inserção de pior qualidade no mercado (Dedecca, Ribeiro & Ishii, 2009).

Finalmente, é preciso destacar que, embora a questão da divisão do cuidado e do trabalho reprodutivo de uma maneira geral siga orientado por tradicionais valores de gênero no Brasil, algumas pequenas mudanças vem sendo percebidas. Segundo Soares & Saboia (2007), a partir de dados da PNAD, entre 2001 e 2005 a proporção de pessoas que responderam se dedicar a afazeres domésticos aumentou de 66,9% para 71,5%. No que diz respeito ao tempo dedicado aos afazeres, no entanto, houve uma diminuição de uma média de 23,4 para 19,9 horas semanais. Tal diminuição foi mais acentuada entre mulheres, 3,7 contra 1,1 horas para os homens. Estes resultados mostram



que tem se ampliado a distribuição das tarefas no interior dos domicílios, o que está intimamente relacionado com o crescente aumento da participação feminina no mercado de trabalho.

A PNAD e seus indicadores de cuidado e usos do tempo

A PNAD é uma pesquisa anual intercensitária que recolhe informações sobre a população brasileira a partir de uma amostra representativa para o país, grandes regiões, unidades de federação e algumas regiões metropolitanas. Em seu conteúdo permanente, colhem-se dados sobre aspectos demográficos, educação, trabalho e rendimentos. Optou-se aqui pelos dados do ano de 2006. Apesar de existirem resultados mais recentes, este ano é bastante estável em termos econômicos, refletindo um importante momento pós-crise do trabalho dos anos de 1990 e início dos anos 2000, além de trazer aspectos complementares sobre a educação de crianças, mais especificamente sobre o tempo que elas passam na escola ou creche, de interesse particular neste estudo.

Uma importante definição para este trabalho é a de família, definida pelo IBGE (2007) como cada grupo de pessoas moradoras do domicílio unidas por relações de parentesco, dependência doméstica (no caso de agregados e empregados domésticos), ou normas de convivência (no caso de não parentes e pessoas sem relação de dependência doméstica morando juntas). Nesse sentido, pode haver dentro de uma mesma unidade domiciliar, mais de uma família, ou o que se denomina família convivente ou estendida. Tomou-se como referência aqui a unidade domiciliar, entendendo que as estratégias de inserção ocupacional e, sobretudo as decisões sobre quem deve cuidar de crianças e idosos, são tomadas no âmbito do domicílio.

Foram utilizados como indicadores de cuidado: (i) a presença de crianças no domicílio do entrevistado – classificadas em *dummies* segundo as faixas etárias de 0 a 3, de 4 a 6, de 7 a 9 e de 10 a 14 anos, sendo que para estas últimas não foram contadas as economicamente ativas, e ausência de crianças; (ii) o número de crianças no domicílio, independente da faixa etária; (iii) se a/s crianças de 0 a 3 anos, por um lado, e as de mais de 3 anos, por outro, residentes no domicílio, frequentava/m creche ou escola e durante quanto tempo por dia – até 4 horas, mais de 4 até 6 horas, mais de 6 horas e não frequentava/m; e (iv) a presença de idoso/s não economicamente ativo/s no domicílio do entrevistado, classificados em *dummies* segundo as faixas etárias de 60 a 64, 65 a 69, 70 a 79 e mais de 80 anos e ausência de idosos.

Foram utilizados como indicadores de usos do tempo: (i) número de horas trabalhadas por semana em todos os trabalhos da semana de referência da pesquisa; (ii) percentual do número de horas dedicadas aos afazeres domésticos em relação ao total de horas informadas por todos os



moradores do domicílio; (iii) tempo gasto no percurso de ida da casa para o trabalho – trabalha em casa, ou na produção para o próprio consumo, ou na construção para o próprio uso; até 30 minutos; mais de 30 minutos até 1 hora; mais de 1 até 2 horas; e mais de 2 horas; e (iv) se frequentava escola.

Para alcançar o objetivo aqui proposto, foram utilizados dois modelos de regressão logística binomial, cujos resultados podem ser vistos no apêndice. A regressão é uma técnica de estatística multivariada que explica a variação de uma variável dependente (Y) em função de duas ou mais variáveis explicativas (X_n) (Alisson, 1999). O primeiro modelo foi aplicado ao total da população com idade entre 25 e 64 anos² com o objetivo de analisar a chance de participação no mercado de trabalho, isto é, de estar na PEA na semana de referência *versus* de não participação, em função dos indicadores de necessidade de cuidado no domicílio de residência e usos do tempo. Já o segundo modelo foi aplicado à população ocupada com idade entre 25 e 64 anos, buscando analisar a chance de possuir uma ocupação formal (empregado com carteira, estatutário e empregador) *versus* possuir uma ocupação informal (empregado sem carteira, conta-própria, sem remuneração e outros).

Além dos indicadores de cuidado e usos do tempo foram incluídas as variáveis de sexo, idade, anos de estudo e as *dummies* de posição no domicílio, provisão financeira – provedor (renda de todos os trabalhos correspondente a mais de 50% da renda do domicílio), coprovedor (renda de todos os trabalhos correspondente a até 50% da renda do domicílio) e sem remuneração³ – e situação do domicílio (urbano metropolitano, urbano não-metropolitano e rural).

Análise dos resultados

Segundo os resultados do primeiro modelo, homens têm 104% a mais de chance de estar na PEA *versus* de não estar, comparando-se com mulheres e se controlando pelas demais variáveis do modelo. Também podem ser observados como atributos que aumentam a chance de estar na PEA, todas as posições no domicílio, porém de forma mais expressiva para aqueles que moram sozinhos, seguidos das chefes de domicílios monoparentais femininos, dos chefes de domicílios nucleares e dos filhos/as. A posição de cônjuge não se mostrou estatisticamente significativa, o que pode ser explicado pela alta proporção de mulheres nesta posição que estão fora do mercado de trabalho. Quanto maior é o número de crianças residentes no domicílio, também há um aumento na chance de

² O corte de idade se fez no sentido de captar a população fora do ciclo de formação escolar, haja vista que tal atributo influencia sobremaneira a participação no mercado de trabalho e a inserção ocupacional, e dentro do intervalo de idade mais propício ao exercício de atividade econômica.

³ Com o objetivo de evitar colinearidade perfeita, foram omitidas as *dummies*: ausência de crianças residentes; presença de crianças residentes que não frequentavam escola ou creche; ausência de idosos residentes não economicamente ativos; outras posições no domicílio; sem rendimento do trabalho; e situação do domicílio urbano metropolitano.



estar na PEA, o que pode ser explicado pela maior necessidade de inserção ocupacional para a provisão financeira de uma família com muitos filhos, bem como pela existência de um maior compartilhamento das tarefas domésticas entre estas crianças e os responsáveis pelo domicílio.

As *dummies* de presença de crianças mostram uma diminuição na chance de estar na PEA, praticamente igual para todas as faixas etárias, porém, ligeiramente maiores nas idades entre 7 e 14 anos. A frequência de criança/s em creche ou escola, como era de se esperar, aumenta a chance de estar na PEA, sendo mais significativo para a/s criança/s de 0 a 3 anos, em comparação à/s criança/s com mais de 3 anos, e quanto mais tempo ela/s fica/m na creche ou escola. Para os entrevistados com criança/s de menor faixa etária residindo no domicílio, há um aumento de 144,1% na chance de estar na PEA se ela/s fica/m mais de 6 horas na creche ou escola. Se mais de 4 a 6 horas, aumento de 56%, e de 42,6% se até 4 horas. A presença de idosos não economicamente ativos no domicílio, por sua vez, diminui a chance, o que é mais significativo para idosos entre 65 e 79 anos. Nas outras faixas a associação é um pouco menor. No caso da faixa entre 60 e 64 anos, isso pode ser explicado por que ainda são observados muitos casos de idosos ativos e na faixa de 80 anos e mais, pela baixa frequência na população.

Há de se destacar também que a residência em domicílios com família convivente aumenta a chance de participação no mercado, o que pode estar relacionado à existência de uma rede de cuidado entre famílias no interior da unidade domiciliar. Quanto às *dummies* de situação do domicílio, verificou-se que residentes em áreas rurais têm 134% a mais de chance de estar na PEA, enquanto residentes em área urbanas não metropolitanas, 11% a mais, em relação aos residentes em regiões metropolitanas. Finalmente, a frequência a escola por parte do entrevistado diminui sua chance de participação na PEA, em relação aos que não frequentavam e, um aumento no número de horas dedicadas aos afazeres domésticos também diminui a chance de inserção no mercado de trabalho.

Os resultados do modelo 2 sugerem que homens têm 34% a menos de chance de estar numa ocupação formal *versus* informal, em comparação às mulheres, controlando-se pelos demais atributos. Este resultado é bastante curioso, mas pode ter sido corroborado ou influenciado pela maioria masculina no total da população ocupada e pela inclusão das *dummies* de provisão financeira do domicílio ao modelo, já que os homens se apresentaram como os principais provedores. Verificou-se também que o aumento no número de horas no trabalho doméstico não remunerado diminui a chance de um trabalho formal, mas ao contrário, a chance é maior quando aumenta o número de horas no trabalho remunerado. Este é um resultado importante, pois, se são as



mulheres as principais responsáveis pelas tarefas domésticas, e o tempo dedicado a estas tarefas diminui o tempo das atividades econômicas, pode haver maior associação entre mulher e trabalho informal. Ainda no âmbito dos indicadores de usos do tempo, observou-se um aumento de 67,6% na chance de possuir um trabalho formal, quanto mais tempo se gasta no percurso de ida da casa para o trabalho, o que sugere que muitos trabalhadores têm se submetido a longas viagens para chegar ao trabalho com o intuito de garantir um emprego com carteira assinada.

Quanto aos indicadores de cuidado, os resultados do segundo modelo mostram que presença de criança/s no domicílio, ao contrário do observado no modelo 1, aumenta a chance de estar em um trabalho formal, independente da idade da/a criança/s. Acredita-se que aqui, o efeito da maioria masculina entre os ocupados podem ter influenciado o resultado também, por outro lado, podem indicar estratégias de renúncia a trabalhos informais com o objetivo de manter a segurança financeira da família, em que pese o fato de uma grande quantidade de pessoas não ter escolha quanto à informalidade. A presença da/s criança/s em creche ou escola também aumenta a chance de formalidade da ocupação, tanto maior, quanto mais tempo ela/s fica/m nestes ambientes diariamente. A presença de idosos, por outro lado, não é estatisticamente significativa, em nenhuma das faixas etárias selecionadas. Em comparação ao primeiro modelo, sugere-se que a presença de idosos influencie somente a inserção no mercado de trabalho, haja visto que, os idosos dependentes, que são aqueles efetivamente demandantes de cuidado, requerem cuidado quase que exclusivo.

Finalizando

Este trabalho teve por objetivo analisar a relação entre indicadores de cuidado a crianças e idosos e de usos do tempo para a inserção ocupacional da população com idade entre 25 e 64 anos no Brasil. Os resultados apresentados corroboram às hipóteses de que presença de crianças e idosos no domicílio e tempo dedicado aos afazeres domésticos influenciam negativamente na decisão quanto à inserção no mercado de trabalho, principalmente entre mulheres. Também mostram que presença de crianças em creche e escola reverte esta situação, sobretudo na faixa etária de 0 a 3 anos e quanto mais tempo elas ficam diariamente nestes ambientes, destacando a importância de políticas públicas de conciliação entre família e trabalho remunerado. Longe de esgotar as possibilidades aqui apresentadas pela PNAD, espera-se em trabalhos futuros analisar separadamente homens, mulheres, jovens e casais.

Bibliografia



- ALLISON, P. *Logistic regression using de SAS system: theory and application*. Cary: SAS Institute Inc, 1999.
- ARAÚJO, C. & SCALON, C. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho pago no Brasil. In: *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.
- BRUSCHINI, C. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 23, n. 2, 2006, p. 331-353.
- CARVALHO, J. A. M. & GARCIA, R. A. *O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico*. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, mai./jun. 2003, p. 725-733.
- CYRINO, R. Trabalho, temporalidade e representações sociais de gênero: uma análise da articulação entre trabalho doméstico e assalariado. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, p. 66-92.
- DEDECCA, C. S.; RIBEIRO, C. S. M. & ISHII, F. H. Gênero e Jornada de Trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Trabalho e Educação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, mar./jun. 2009, p. 65-90.
- GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, jan./jun. 2002, p. 29-48.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2006*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.
- MELO, H. & CASTILHO, M. 2008. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v.13, n. 1, jan./abr. 2009, p. 135-158.
- PEIXOTO, C. E. Solidariedade familiar intergeracional. In: ARAÚJO, C. & SCALON, C. *Gênero, família e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2005.
- RAMOS, D. P. Pesquisas de usos do tempo: um instrumento para aferir as desigualdades de gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 17, n. 3, set./dez. 2009, p. 861-870.
- SOARES, C. & SABOIA, A. L. *Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005*. Texto para Discussão nº 21, Rio de Janeiro, IBGE, 2007.
- SORJ, B.; FONTES, A. & MACHADO, D. C. *Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 573-594.

Apêndice – Resultado dos modelos logísticos

Variáveis	Modelo 1 (R ² =0,316)		Modelo 2 (R ² =0,309)	
	Coefficiente	RC	Coefficiente	RC
Constant	2,575***	13,128***	-3,371***	0,034***
Sexo (CR=Masculino)	0,716***	2,046***	-0,275***	0,760***
Idade (Intervalar)	-0,037***	0,963***	-0,006***	0,994***
Anos de estudo (Intervalar)	0,094***	1,098***	0,152***	1,164***
Posição no domicílio (CR=outra)				
<i>Mora sozinho/a</i>	1,278***	3,591***	-0,119***	0,887***
<i>Chefe de domicílio nuclear</i>	0,549***	1,731***	0,108***	1,114***
<i>Chefe de domicílio monoparental feminino</i>	0,672***	1,957***	-0,177***	0,838***
<i>Cônjuge</i>	-0,025	0,976	0,023	1,023
<i>Filho/a em domicílio nuclear</i>	-0,352***	0,703***	-0,162***	0,850***
<i>Filho/a em domicílio monoparental feminino</i>	-0,184***	0,832***	-0,221***	0,802***
Família convivente (CR=sim)	0,082***	1,086***	-0,051**	0,950**
Nº de crianças (Intervalar)	0,548***	1,729***	-0,564***	0,569***
Presença de crianças (CR=sem crianças)				
<i>De 0 a 3 anos</i>	-0,884***	0,413***	0,409***	1,506***
<i>De 4 a 6 anos</i>	-0,780***	0,458***	0,331***	1,392***
<i>De 7 a 9 anos</i>	-0,738***	0,478***	0,373***	1,451***
<i>De 10 a 14 anos</i>	-0,773***	0,462***	0,351***	1,420***
Crianças < 4 anos em escola ou creche (CF=Não)				
<i>Sim, até 4 horas</i>	0,355***	1,426***	0,075*	1,078*
<i>Sim, mais de 4 até 6 horas</i>	0,445***	1,560***	0,224***	1,251***
<i>Sim, mais de 6 horas</i>	0,893***	2,441***	0,291***	1,338***
Crianças > 3 anos em escola ou creche (CF=Não)				
<i>Sim, até 4 horas</i>	0,140***	1,150***	0,059***	1,061***
<i>Sim, mais de 4 até 6 horas</i>	0,153***	1,165***	0,215***	1,240***
<i>Sim, mais de 6 horas</i>	0,441***	1,554***	0,285***	1,329***
Idosos não economicamente ativos (CR=sem idosos)				
<i>De 60 a 64 anos</i>	-1,650***	0,192***	0,031	1,032
<i>De 65 a 69 anos</i>	-0,297***	0,743***	0,045	1,046
<i>De 70 a 79 anos</i>	-0,325***	0,723***	0,001	1,001
<i>80 anos e mais</i>	-0,387***	0,679***	0,040	1,041
Frequente escola (CR=Sim)	-0,084***	0,919***	-0,173***	0,841***
Nº de horas no trabalho doméstico não-remunerado	-0,017***	0,983***	-0,004***	0,996***
Situação do domicílio (CR=Região Metropolitana)				
<i>Urbano não metropolitano</i>	0,107***	1,113***	0,060***	1,061***
<i>Rural</i>	0,874***	2,397***	-0,464***	0,629***
Provisão financeira (CR=sem rendimento)				
<i>Provedor/a</i>	-	-	1,395***	4,036***
<i>Coprovedor/a</i>	-	-	0,973***	2,645***
Tempo gasto no percurso de ida da casa para o trabalho	-	-	0,516***	1,676***
Nº de horas no trabalho remunerado	-	-	0,021***	1,022***

Modelo 1 – Pop. com idade entre 25 e 64 anos; y=chance de estar na PEA versus não estar; Nº observações: 197.036.

Modelo 2 – Pop. ocupada com idade entre 25 e 64 anos; y=chance de ter um trabalho formal versus um trabalho informal;

Nº observações: 143.617

*Significante a 10%; **Significante a 5%; ***Significante a 1%. CR=Categoria de Referência; RC=Razão de Chance.